

ARTIGOS

O USO DA APOLOGÉTICA NA FENOMENOLOGIA DA FÉ CRISTÃ: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS E TENDÊNCIAS DO CRISTIANISMO

Rodrigo Pereira Silva, Th.D.

Professor de Novo Testamento e Filosofia do curso de Teologia do Unasp
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho
rodrigo.silva@unasp.edu.br

RESUMO: Este artigo aborda o uso da apologética, enquanto disciplina racional para defesa da fé cristã, durante a história do cristianismo, acusando desvios ocasionados tanto no sentido do fundamentalismo, resultante da negação da razão, quanto do liberalismo, decorrente do esvaziamento do elemento sobrenatural. Aponta desafios atuais da fenomenologia cristã diante do relativismo e hedonismo pós-modernos, e propõe a busca de uma apologética equilibrada que reconheça as limitações bem como o papel da razão e da ciência na compreensão da fé.

PALAVRAS-CHAVE: apologética, filosofia, fé cristã.

The use of the apologetics in Christian faith phenomenology: a reflection on challenges and tendencies of Christianity

ABSTRACT: This paper has discussed the use of apologetics, as a reasonable discipline for Christian faith defense, during Christianity history, accusing deviations caused by fundamentalism, resulting from the reason denial, and by liberalism, resulting from the emptying of supernatural element. The work has pointed to the modern challenges of the christian phenomenology face to the postmodern relativism and hedonism, proposing the investigation of an equilibrated apologetics which may recognize the limitations, as well as the reason and science role played on the comprehension of faith.

KEYWORDS: Apologetics, philosophy, Christian faith.

1. INTRODUÇÃO

Um artigo que busque correlacionar apologética e fenomenologia poderia, a princípio, parecer ilógico, pois sugere uma espécie de contradição ao silogismo. Ocorre que a apologética e a fenomenologia são tidas, por muitos, como premissas particulares impossíveis de serem correlacionadas para uma conclusão filosófica. De modo geral, poderia se dizer que são até mesmo contraditórias, pois enquanto a apologética tende à defesa racional de uma determinada interpretação dos fatos, a fenomenologia, conforme vista em HUSSERL (1964, pp. 3-12), tende a eliminar toda interpretação apriorística, deixando em pauta apenas os fenômenos, conforme a impressão que causam na consciência pura.

Contudo, é importante verificar que o uso pluralístico de certos termos filosóficos por parte dos mais diversos autores não permite uma compreensão inequívoca de seu significado. Logo, é mister que se faça uma apresentação prévia do que se pretende com aquele vocábulo. E este é o caso da fenomenologia que sofreu profundas transformações desde que foi introduzida em 1764 pela obra *Nouvel Organon*, de J. H. Lambert.

A princípio, o termo equivaleria a um dos quatro sistemas lambertianos juntamente com as teorias da verdade, da lógica e da semiótica. Porém, com o tempo vieram outras interpretações. Kant (1781) chamava de fenomenologia as características gerais dos fenômenos históricos. Já Hegel (1807), empregava o termo para indicar os estágios de experiência mental desde os mais inferiores até ao elevado campo do pensamento absoluto.

Heidegger (1988), que estudou com Husserl, usava a fenomenologia dentro da metafísica como método de redescoberta do *Ser*, mais especificamente da essência humana. E, por fim, Sartre (1966), seguindo a definição de Heidegger, ampliou o sentido do termo passando da mera análise humana para a compreensão ontológica de todas as coisas.

Neste artigo, entenderemos a fenomenologia como uma busca pela essência do cristianismo e sua identidade, dentro da esfera maior da “pós-modernidade”, que para MARTIN (2000, p. 134) já poderia ser chamada de “pós-pós-modernidade”.

Quanto à apologética, já não nos restam muitas dúvidas conceituais. Trata-se daquela disciplina racional usada durante a história do cristianismo para apresentar uma defesa da fé diante dos que não aceitavam o teor doutrinário exposto nas Escrituras. Neste caso ela se contrasta com o conceito de *polêmica* que, em termos teológicos, seria um debate entre membros de diferentes ramos do cristianismo com o fim de determinar a verdadeira posição cristã acerca de um assunto qualquer.

2. Considerações históricas

O grande desafio do cristianismo sempre foi o de exteriorizar, a cada momento, a certeza de um fato (fenômeno) ocorrido no passado, mas com constantes influências no presente. Isto pode ser chamado “contemporaneidade da fé”, pois alude a uma história que deve ser sempre revista e contextualizada, porém jamais corrigida ou melhorada. Afinal trata-se da encarnação de Deus na figura histórica de Jesus Cristo, um fenômeno único e não mitológico, testemunhado pelos escritores do Novo Testamento.

Por isso, a revelação cristã é antiga e recente, ao mesmo tempo. É antiga quando alude à história narrada nos evangelhos e é recente quando estes mesmos escritos falam de maneira persuasiva ao homem contemporâneo.

Essa forma “atualizadora” de se compreender a essência do cristianismo precisou ser defendida desde o início de nossa era, quando os primeiros escritores cristãos, cognominados Pais da Igreja, sentiram a necessidade de justificar a fé diante dos magistrados e filósofos de sua época ou ainda defendê-la dos ataques lançados pelos dissidentes, pelo judaísmo e pelos vários setores do paganismo. Assim nasceu a apologética, inspirada no termo grego *apologia* que basicamente significa “defesa”. De fato, o famoso discurso de Platão intitulado “A Apologia” expõe judicialmente a defesa de Sócrates diante de seus acusadores.

Então, vieram autores como Aristides, Justino, Atenágoras, Taciano, Tertuliano e outros que foram corretamente chamados de “apologetas”. Sua técnica, a princípio, os envolvia na investigação formal e erudita da época que era a Filosofia. Deste ponto em comum, porém, sua linha de argumentação se dividia, grosso modo, em dois segmentos: (a) um contrário à filosofia grega, que era tida como fruto da mentalidade pagã e; (b) outro mais helenizado, que usava principalmente o platonismo e o estoicismo para dar uma expressão filosófica às rudes sistematizações do *querigma* apostólico. Para os de mente helenizada, a Filosofia era o melhor meio de aguçar o discurso da Teologia.

Clemente de Alexandria, Agostinho e outros, tentando salvar a supremacia da fé sem perder o sabor filosófico que lhe era requerido, referiram-se à filosofia como *ancilla theologiae*, isto é, “serva da teologia”. Logo, ele quis dizer que a primeira só tem valor quando empregada em ajudar na compreensão da segunda. Seu objetivo, neste exercício apologético, era responder aos diversos questionamentos que punham em dúvida a ressurreição e autoridade divina do homem chamado Jesus de Nazaré (ILLANES, 2004).

Mais tarde, entra em cena Tomás de Aquino, o mais famoso apologeta da Alta Escolástica. Usando técnicas de argumentação tremendamente materialistas, ele escreveu sua *Summa contra Gentiles* para defender de modo racional as verdades já não tão bíblicas que estavam sendo oficializadas pelo cristianismo de Roma. Neste tempo, a defesa era mais da estrutura eclesial medieval que da Bíblia, enquanto revelação de Deus dada à humanidade.

Valendo-se de uma abordagem manualística e pouco bíblica, Aquino, na verdade, nada mais fez do que imitar o estilo filosófico dos árabes, especialmente Averróis, em sua redescoberta do aristotelismo clássico. Esse mecanismo de reflexão, diga-se de passagem, transformou-se numa força dominante da apologética cristã ocidental até à chegada da modernidade no início do século XVI.

Quando Lutero e os pensadores modernos romperam com o catolicismo, esse se viu obrigado a se justificar perante os ataques protestantes e racionalistas que se avolumavam

cada vez mais. Até então, todos criam de fato, embora sua crença não estivesse necessariamente na doutrina de Cristo, mas naquilo que o Magistério da Igreja ensinava. O lema racional era *Roma locuta, finita causa est* (se Roma falou, não há mais o que discutir). Logo, desde o fim da Escolástica, a Igreja não tinha sentido tamanha urgência de justificar sua fé perante seus inquiridores. É quando aparece a ruptura que se sente a necessidade de uma apologética sobre aquilo que se crê.

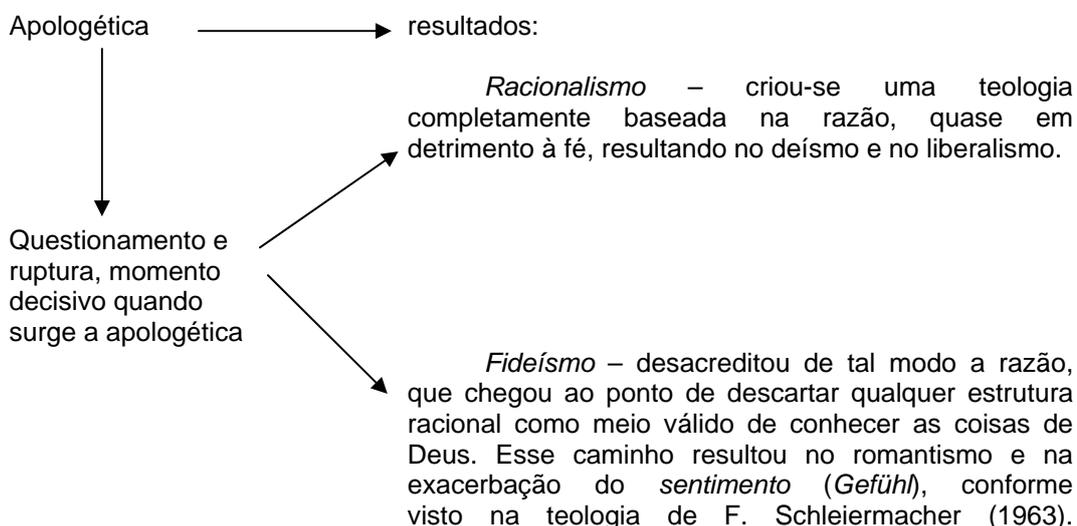
3. Apologética Fundamental versus Racionalismo

Como fenômeno psicológico, é possível dizer que a apologética não é característica apenas do cristianismo. A fenomenologia do saber de William Hamilton (1852) associada à própria noção de valores de Max Scheler (1928), demonstra que a apologética é um problema essencialmente humano e não apenas “eclesiástico”. Na história de todos os ramos seculares é possível ver, em determinados momentos, uma tensão apologética marcada até mesmo por certo grau de fundamentalismo.

Afinal de contas, a crença fundamentalista interessa basicamente a qualquer sistema que procura monopolizar a chave hermenêutica da realidade. Toda estrutura que detém o sentido oficial da interpretação, quer seja religioso (catolicismo medieval), quer seja secular (evolucionismo moderno), sente-se beneficiado por uma postura que não admite averiguação. O fundamentalismo, portanto, não precisa provar nada, sua solidez está na autoridade imposta.

Talvez seja por isso que a apologética hoje está sendo vista num caráter negativo. Nem mesmo KARL BARTH (1981, pp. 65-71), considerado o gigante defensor da neo-ortodoxia cristã, aceitou usar a apologética como meio de defesa do cristianismo. Para ele, tal atitude refletiria uma falta de fé, pois a revelação bíblica não necessitava de defesa racional. Ela estaria acima da filosofia e da razão humana. Porém, ao se expressar assim, Barth acabou defendendo de modo apologético aquilo em que acreditava. Noutras palavras, pode-se até não apreciar o método, mas não há como fugir dele.

Portanto, a estrutura básica da apologética na história, especialmente na transição do medievalismo para a Modernidade, poderia ser vista na tensão entre dois segmentos que não conduziram a resultados muito positivos para a fé:



Ambos os segmentos também resultaram, cada um a seu modo, num humanismo que acabou “recriando” Deus à imagem e semelhança do homem. A religião, neste contexto, deixou de refletir sobre o Transcendente para esboçar apenas uma imanência racional, descomprometida com a revelação divina.

Foi, talvez, dentro deste quadro filosófico-racionalista que a *apologética* passou a ganhar moldes de *polêmica*. Na disputa intelectual do racionalismo contra o fideísmo, a busca pela compreensão e defesa da verdade tornou-se apenas uma briga de “ismos” e uma guerra de “pensadores”.

O crente comum, é claro, ficava normalmente à margem desses grandes debates, e uma boa parte do cristianismo, formada tanto de leigos quanto de acadêmicos, acabou se voltando para um radicalismo doutrinário em busca de segurança intelectual. Daí o surgimento de correntes como o evangelicalismo protestante e o pietismo alemão.

É notório que o ser humano sempre se volta para o fundamentalismo em momentos de crise de identidade. E aqui não seria diferente. Afinal, o fundamentalismo é firme no que diz, e o liberalismo havia enlouquecido demais a exegese bíblica (LOADER, 2001, p. 8, 9).

Foi, portanto, essa simbiose entre fundamentalismo e apologética que a fez ser vista com preconceito. Muitos ainda a reputam como método arcaico e ultrapassado, confundindo-a com *polêmica*. Crêem que ela está superada como instrumento de defesa da fé cristã e devia ser retirada dos currículos teológicos da atualidade.

Essa visão, contudo, esquece que entre a sedução do fundamentalismo e a tensão do fideísmo *versus* racionalismo, houve uma contribuição valiosa da apologética para a manutenção da identidade cristã. Alguns movimentos como os valdenses, albigenses ou até mesmo protestantes podem ter sido radicais, se analisados pela ótica da atualidade. Contudo, foi seu brado histórico que evitou a transformação do cristianismo numa religião de mistérios ou numa continuidade do mitraísmo romano (RODNEY, 2000, p. 20).

Como dizia PAUL TILICH, “a teologia apologética é uma *teologia que responde*. Responde às perguntas implícitas na *situação*, com a força da mensagem eterna e com os meios que a situação lhe proporciona e a cujas perguntas responde” (1984, p. 18).

4. Sistemas apologéticos contemporâneos

A partir do século XX, alguns autores procuraram apresentar uma nova apologética que respondesse às ansiedades do homem pós-moderno, especialmente as de solidariedade e afeto (RORTY, 1991, p. 22). Eles reconheceram o valor e a necessidade da apologética como meio de compreensão da realidade, mas negaram sua estrutura tradicional, preferindo criar novos modelos ou uma “nova apologética”.

BLONDEL (1940, p. 349-363) talvez seja o primeiro a propor uma nova abordagem apologética, que se daria não mais a partir da revelação escriturística, mas da condição psico-estrutural do ser humano. Trata-se da subjetividade histórica do indivíduo como padrão gnosiológico das novas estruturas da realidade. Neste caso, a humanidade seria comparada a um *iceberg* cujo topo fica fora d'água, mas a estrutura maior fica submersa. No balanço das águas, o que está no topo se movimenta mais rápido, porém o que está oculto (a base submersa) se move com muito mais lentidão. Em outras palavras, as conjecturas mudam radicalmente a maneira humana de pensar, mas as estruturas básicas demoram muito para serem alteradas. Logo, são essas estruturas que devem ser defendidas apologeticamente, não porque sejam a reprodução exata da verdade, mas porque a subjetividade humana precisa delas e não está preparada para abandoná-las de imediato. É daí que surge a valorização pós-moderna da religião cristã, não como fenomenologia reveladora de Deus, mas como fenômeno sociológico em nada diferente dos folclores e costumes de cada povo.

O problema com esse conceito blondeliano é o elemento agnóstico e relativista que o compõe. Ele nega a revelação divina de verdades eternas, relativizando historicamente todos os conceitos humanos acerca da realidade. Trata-se, portanto, de uma visão apofática de Deus e do universo! Tudo o que entendemos por verdade, não passaria de uma estrutura histórica temporariamente necessária, até ao dia em que não precisemos dela para continuar sobrevivendo. No campo religioso, tal apologética deixaria de ser uma “busca pelas verdades de Deus”, para se tornar uma “conveniente defesa das circunstâncias estruturais”.

Foi essa mesma visão “excessivamente circunstancial e localizada”, que inspirou a apologética política vista nas chamadas “teologias genitivas”, como a Teologia da Libertação (BOFF, 1987; GUTIERREZ, 1973), Teologia dos Negros (WILMORE e CONE, 1986); e Teologia da Esperança (MOLTMANN, 1967), entre outras. Todas essas correntes parecem compartilhar o mesmo pressuposto dialético político de sua apologia: “O indivíduo faz a realidade e a realidade faz o indivíduo”. Novamente o problema com esses sistemas, por mais justificáveis que sejam suas denúncias de injustiça social, é que eles negam a meta-história e a intervenção divina nos negócios da humanidade. Elevam a tal nível o livre-arbítrio e a atividade humana, que transformam Deus num expectador distante, bem ao sabor das correntes deístas do século XVIII e XIX (MOORE, 1997, p. 15-14).

5. Desafios atuais à Fenomenologia Cristã

A apologética na pós-modernidade tende a ser essencialmente fragmentária, relativista, refratária e hedonista (GRENZ, 1995, p. 8). Sua intenção não é atingir aos racionais (racionalismo moderno) ou aos simplórios (fideísmo pré-moderno). Ela intenta alcançar a juventude, os mais velhos parecem não necessitar de certos convencimentos, principalmente acerca dos valores. São os jovens o topo do *iceberg* (Blondel). São eles que estão extraviados, precisando ser convencidos contra as drogas, a promiscuidade e outros valores defendidos pela estrutura básica que se encontra submersa. É neste momento que se verifica a não superação da apologética como legítimo instrumento de defesa daquilo que está sendo questionado.

Em sua obra, *Evangelicalism and the Future of Christianity*, ALISTER MCGRATH (1992) advoga a tese de que as transformações acumuladas pelo cristianismo no século XX tenderão a ser maiores e mais rápidas no século XXI. Entre elas, por exemplo, está a possibilidade de países orientais, especialmente da África e Ásia, tomarem as rédeas da missiologia mundial, enviando missionários para a Europa e Estados Unidos. O motivo disto está no fato de que esses dois pólos perderão de tal maneira as raízes de seu cristianismo histórico, que seus descendentes poderão ser considerados “povos não alcançados” pelo Evangelho. O interessante, no entanto, é que a apologia, definida por MCGRATH como “a aplicação da Escritura ao descrente” é vista neste contexto como um eficiente instrumento de defesa da fé cristã, ante a fragmentação proposta pelo pós-modernismo filosófico (1995, p. 2, 102).

Outros autores como CARSON (1996, p. 6-13) e COWAN (2000, p. 20-27) também têm admitido o valor e necessidade da apologética para a identidade fenomenológica do cristianismo, nesta época de tamanho pluralismo filosófico e religioso. Aliás, ao se comparar filosofia e teologia cristã, é importante entender que esta última não é um mero sistema especulativo provido de longa reflexão por determinados indivíduos cercados de condições privilegiadas e favoráveis ao estudo (HORDERN, 1979, p. 26). Pelo contrário, a teologia sempre emergiu no entrechoque da revelação cristã com outros pensamentos que a negavam ou que relativizavam seu *querigma* histórico da cruz. Noutras palavras, isto quer dizer que a teologia é essencialmente apologética.

Por outro lado, também, o teólogo e o filósofo têm em comum a busca pela sabedoria (*phylos - sophia*). A diferença, porém, é que para uns a sabedoria tem um “S” maiúsculo, pois se traduz na própria busca de Deus, e não apenas de um conceito racional acerca da realidade.

Assim, uma vez afirmada a indispensabilidade da apologética, procura-se agora uma adequação sensata de seu método, para que ela cumpra bem seu papel defensivo sem descambar para um fundamentalismo insípido. Deve-se lembrar que a única maneira de vencer o racionalismo e o liberalismo não é se voltar para o fundamentalismo, mas mostrar que a razão e a ciência humana também são falhas e limitadas. Foi por meio delas que se criaram também as guerras mundiais, poluição da natureza, ameaça ao planeta com a bomba nuclear. Se o cristianismo cometeu seus erros, o racionalismo também. O problema é que este último tende a esconder seus pressupostos igualmente fundamentalistas.

Sugere-se, portanto, um uso sadio da apologética como instrumento de sustentação da identidade cristã diante dos desafios do século XXI. E que a nova apologética teológica se pautar por aquilo que a fenomenologia cristã tem de mais impressivo em sua identidade: a *semiologia*, que são os sinais de Deus na história, e a *sistemática*, que é a reflexão adequada destes sinais interpretando-os à luz da Escritura Sagrada (MOORE, 1997, p. 5-14; CLAPP, 2000, p. 105). A perda destas marcas resulta na fragmentação de um *querigma* ocorrido há dois mil anos, mas que se atualiza a cada dia na fé religiosa dos seguidores de Jesus Cristo.

Bibliografia

BARTH, Karl, *Introdução à Teologia Evangélica*, São Leopoldo, RS: Sinodal, 1981.



BLONDEL, Maurice, "La pérennité de la philosophie et le discernement progressif d'une constante et indispensable médiation", em *Revue de métaphysique et de morale* 47 (1940), p. 349-363, reproduzido em: Maurice Blondel: Oeuvres complètes. Paris: P.U.F., 1995.

BOFF, Leonardo, *Teologia do Cativo e da Libertação*, Petrópolis: Vozes, 1987

CARSON, D. A. *The Gagging of God: Christianity Confronts Pluralism*, Grand Rapids, MI: Zondervan, 1996.

CLAPP, Rodney. *Border Crossings: Christian Trespasses on Popular Culture and Public Affairs*. Grand Rapids, MI: Brazos Press e Baker Book House, 2000.

COWAN, Steven B. [ed]. *Five Views on Apologetics*, The Counterpoint Series, Grand Rapids: Zondervan, 2000.

GRENZ, S. J., *A Primer on Postmodernism* (Grand Rapids, MI: Cambridge University Press, 1995).

GUTIERREZ, Gustavo, *A Theology of Liberation*, New York: Orbis Books, 1973.

HAMILTON, William. *Discussions on Philosophy and Literature, Education and University Reform* (London, 1852).

HEGEL, G. W. F. *The Phenomenology of Mind*, 1807, Edição eletrônica disponível em In: <http://www.class.uidaho.edu/mickelsen/ToC/Hegel%20Phen%20ToC.htm>, acessado em 30 de agosto de 2004.

HEIDEGGER, Martin, *The basic problems of Phenomenology – studies in phenomenology and Existencial Philosophy*, Bloomington, IN: Indiana University Press, 1988.

HORDERN, W. *Teologia Protestante ao Alcance de Todos*. Rio de Janeiro, Juerp, 1979.

HUSSERL, Edmund, *Leçons pour une phénoménologie de la conscience intime du temps*. Paris: P.U.F., 1964.

ILLANES, José Luis, "Filosofia ancilla theologiae", limites y avatars de un adagio, vol. 36, fac. 1, 2004, acessado em 24 de agosto de 2004. *Scripta Theologica*, revista eletrônica da Universidade de Navarra.



KANT, E., *Critique of Pure Reason*, Edição eletrônica disponível em <http://www.arts.cuhk.edu.hk/Philosophy/Kant/cpr>, acessado em 15 de agosto de 2004.

LOADER, William, *Jesus and the Fundamentalism of his Day*, Grand Rapids, MI: Eerdmans, 2001.

MARTIN, Tom, *Green History: The Future of Past*, Washington, DC.: University Press of America, 2000.

McGRATH, Alister. *Evangelicalism and the Future of Christianity*, Downers Grove: IL: InterVarsity Press, 1995.

MOLTMANN, Jürgen. *Theology of Hope*, New York: Harper & Row, Publishers, 1967.

RORTY, Richard, *Objectivity, Relativism, and Truth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

MOORE, Scott H. "Christian History, Providence, and Michel Foucault", em *Fides et historia* XXIX:1 (Winter/Spring 1997): 5-14.

SARTRE, Jean-Paul. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel. 1966.

SCHELER, Max. *Vom Umsturz der Werte in Vom Umsturz der Werte*. Vol. 3, editado por Maria Scheler e Manfred S. Frings (15 volumes) 1954-1970. disponível em <http://www.maxscheler.com/scheler4.shtml#4-CollecteWorks>, acessado em 24 de agosto de 2004.

SCHLEIERMACHER, F., *The Christian Faith*. Nova Iorque: Harper & Row, 1963, 2 vols.

TILICH, Paul. *Systematic Theology*. Nova Iorque: Harper & Row, 1984, 2 vols.

WILMORE, Gayraud S. e CONE, James H. *Teologia Negra*, São Paulo: Paulinas, 1986.